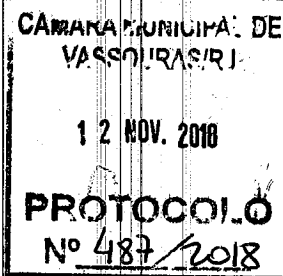


Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras



Projeto de Lei nº

Dispõe sobre as normas que regulam a anuência e a fiscalização da execução de obras que interfiram no pavimento dos logradouros públicos e das obras de pavimentação das vias públicas, e dá outras providências.

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece as normas que regulam a anuência e a fiscalização da execução de obras que interfiram no pavimento dos logradouros públicos e das obras de pavimentação das vias públicas.

Art. 2º Para efeitos desta lei, define-se como obra de pavimentação a execução de intervenções que se destinem à recomposição do pavimento das vias públicas e dos logradouros públicos.

Capítulo II DA ANUÊNCIA

Art. 3º Somente poderão ser iniciadas obras que interfiram no pavimento dos logradouros públicos e obras de pavimentação das vias públicas, mediante anuência da Prefeitura de Vassouras, por intermédio da Superintendência de Organização Pública (SOP).

§ 1º A anuência se configurará a partir da prestação de informações do executante da obra.

§ 2º A prestação de informações de que trata este artigo será regulamentada em Decreto do Poder Executivo, devendo conter, no mínimo, as seguintes indicações:

- I - a localização da obra pelo nome do logradouro;
- II - localização por Georreferenciamento;
- III - finalidade da Obra;
- IV - indicação de responsabilidade técnica;



**Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras**

V - período de realização da intervenção;

VI - telefone, email e endereço do contato do responsável técnico.

§ 3º A prestação de informações de que trata este artigo deverá ser realizada com antecedência mínima de 30 dias do início da intervenção, através do site da Superintendência de Organização Pública (SOP).

§ 4º Em caso de mudança de programação deverá ser enviada nova informação, conforme descrito no § 2º deste artigo, sem prejuízo no disposto no § 3º deste artigo.

§ 5º Se não houver pronunciamento por parte da SOP, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da prestação das informações de que trata este artigo, considera-se concedida a anuência, de forma tácita, não eximindo a responsabilidade do executor quanto às obrigatoriedades técnicas destacadas nesta Lei.

§ 6º A anuência não se configurará apenas se a Superintendência de Organização Pública expedir posicionamento formal contrário à execução da intervenção pretendida, no qual solicitará as respectivas justificativas técnicas.

Art. 4º Não será requerida anuência nos termos do § 3º do artigo 3º em intervenções de natureza emergencial.

§ 1º Para efeitos desta lei, define-se como intervenções de natureza emergencial todo e qualquer serviço necessário em decorrência de caso fortuito, ocorrência perigosa ou situação crítica.

§ 2º Nas intervenções de natureza emergencial, o executante deverá comunicá-la, ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do início de sua execução, nos mesmos termos do § 2º do artigo 3º.

§ 3º As intervenções de natureza emergencial mencionadas no Art. 4º não eximem a obrigatoriedade em reconstituir o pavimento dos logradouros públicos e a pavimentação das vias públicas, caso o tenha executado em desconformidade com o que determina esta lei.

**Capítulo III
DO PLANEJAMENTO**

Art. 5º As concessionárias e permissionárias de serviço público deverão apresentar à SOP o planejamento quadrimestral das intervenções que serão executadas nas vias públicas, conforme regulamentação a ser disposta em Decreto do Poder Executivo.



**Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras**

§ 1º Os planos quadrimestrais deverão ser entregues à SOP no prazo de 45 dias antes do início de sua vigência.

§ 2º A apresentação do planejamento disposto neste artigo não dispensa o processo de anuência, conforme determinado no Capítulo II.

**Capítulo IV
DA EXECUÇÃO**

Art. 6º A execução de obras que interfiram no pavimento dos logradouros públicos e das obras de pavimentação das vias públicas deverão ser realizadas observando as normas técnicas específicas para a matéria e ainda o descrito no caderno de encargos da SOP.

§ 1º Nas vias públicas que tenham passado por serviço de recuperação total do pavimento há menos de dois anos deverão ser seguidos os procedimentos descritos em capítulo específico próprio do caderno de encargos da SOP.

§ 2º A empresa ou concessionária ou permissionária de serviços públicos responsável pela obra deverá identificar-se por meio da instalação de placa indicativa com, no mínimo, 1,5 metros quadrados, conforme descrito no caderno de encargos da SOP.

**Capítulo V
DA FISCALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

Art. 7º Deverá ser instituída, na SOP, Equipe Técnica para acompanhamento e fiscalização da execução da recomposição do pavimento dos logradouros públicos e de obras de pavimentação em vias públicas.

Art. 8º Compete à Equipe Técnica a análise do processo de anuência e a fiscalização da execução da recomposição do pavimento dos logradouros públicos e de obras de pavimentação em vias públicas.

Art. 9º A constatação, pela Equipe Técnica, do descumprimento das disposições desta lei poderá ensejar as seguintes penalidades:

- I - embargo;
- II - multa.



**Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras**

Art. 10 O embargo consiste na ordem de paralisação da intervenção.

Parágrafo único. O embargo não impede a aplicação concomitante de outras penalidades estabelecidas nesta lei.

Art. 11 Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

I - descumprimento do disposto no Art. 3º desta lei;

II - execução da intervenção em desconformidade com o disposto no Art. 6º da presente lei.

Art. 12 A multa consiste na imposição de penas pecuniárias, cujos valores estão dispostos no Capítulo VI desta lei.

Art. 13 Para formalização do disposto no Art. 9º será lavrado auto de infração, por agente de fiscalização da Equipe Técnica da SOP, devendo ser comunicado ao infrator por qualquer dos meios a seguir:

I - pessoalmente;

II - pelo Correio com Aviso de Recebimento (AR);

III - por qualquer meio que cumpra a finalidade de cientificar da aplicação da penalidade ao responsável, inclusive através do site da SOP;

IV - por edital, quando tiverem sido esgotadas as buscas para sua localização.

§ 1º O infrator será considerado ciente da aplicação do Auto de Infração, por comunicação via edital, quando decorrido o prazo de 10 (dez) dias da data de publicação na imprensa oficial e jornal de circulação local.

§ 2º O auto de infração deverá ser precedido de verificação pessoal do agente fiscalizador, não bastando mera comunicação ou denúncia de terceiros.

§ 3º No Auto de Infração deverão constar as seguintes informações:



**Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras**

- I - nome do responsável técnico pela infração;
- II - endereço do responsável técnico;
- III - local em que a infração tiver ocorrido;
- IV - data da constatação da infração;
- V - breve descrição da infração;
- VI - capitulação da infração com indicação do dispositivo legal infringido;
- VII - importância da multa aplicada;
- VIII - capitulação da multa com indicação do dispositivo legal que a estabelece;
- IX - concessão do prazo de 10 (dez) dias, para que o infrator compareça ao órgão competente e recolha o valor da multa imposta ao Tesouro Municipal, sob pena de inscrição do seu débito em Dívida Ativa.

§ 4º O autuado deverá apresentar ao órgão competente comprovante do recolhimento da multa, para anexação ao processo respectivo.

§ 5º O auto de infração será lavrado em duas vias, sendo a primeira entregue ou remetida ao infrator e a segunda juntada na ação fiscal.

§ 6º A regularização de uma infração pelo seu saneamento ou pelo pagamento das licenças ou dos emolumentos em débito, não anula um auto de infração, que não poderá ser cancelado ou anulado, quando tiver sido regularmente lavrado.

§ 7º Quanto ao direito de defesa, o notificado deverá seguir a Lei Específica que trata do tema.

Art. 14 Caso o infrator não recomponha a via ou faça de forma considerada inadequada pela Equipe Técnica da SOP, a intervenção poderá ser executada a qualquer tempo pela SOP, respondendo o infrator pelo custo de sua execução, não o eximindo das penalidades cabíveis.

§ 1º Os custos da intervenção serão calculados de acordo com a composição unitária do metro quadrado típico de reposição do pavimento e sinalização, utilizando a tabela de preços para contratação de obras e serviços de engenharia em vigor, elaborada pela divisão de orçamento da SOP e disponível para consulta pública.



**Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras**

§ 2º O infrator será notificado com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência sobre a execução a ser realizada pela SOP.

**Capítulo VI
DA GRADAÇÃO DAS PENAS DE MULTA**

Art. 15 Iniciar a execução de obras que interfiram no pavimento dos logradouros públicos ou obras de pavimentação das vias públicas, sem cumprir o disposto no Capítulo II.

Pena - Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 16 Danificar a via pública e não iniciar, em um prazo de vinte e quatro horas, sua recomposição.

Pena - Multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até o início da intervenção de recomposição.

Art. 17 Executar obras de recomposição do pavimento dos logradouros públicos e da pavimentação de vias públicas em desacordo com as normas técnicas específicas para a matéria, e ainda o descrito no caderno de encargos da SOP.

Pena - Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por metro quadrado.

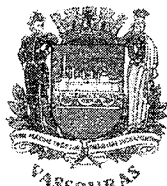
Art. 18 Deixar a empresa ou concessionária ou permissionária de serviços públicos responsável pela obra de identificar-se por meio da instalação de placa indicativa com, no mínimo, 1,5 metros quadrados, conforme descrito no caderno de encargos da SOP.

Pena - Multa diária de R\$ 3.000,00 (três mil reais), até a colocação da placa.

Art. 19 Não entregar o plano quadrimestral conforme disposto no Capítulo III

Pena - Multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

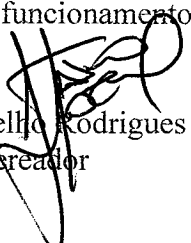
Art. 20 A correção dos valores será anual e terá como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras

JUSTIFICATIVA

Esse Projeto de Lei se torna necessário em virtude das constantes obras realizadas por empresas, concessionárias ou permissionárias em nosso Município, sem que elas mantenham a infraestrutura em seu pleno funcionamento.


Fabio Coelho Rodrigues
Vereador